

RELATO DE EXPERIÊNCIA*

**UMA ABORDAGEM EDUCACIONAL NO ENSINO BÁSICO SOBRE
CULTURAS INDÍGENAS ATRAVÉS DA ARQUEOLOGIA: EXPERIÊNCIA
ESCOLAR NA CIDADE DO RECIFE - PERNAMBUCO**

Jade Paiva de Lima¹

Fabiano Henrique do Nascimento²

Resumo

Considerando a importância de fomentar a valorização das culturas indígenas na educação básica, este trabalho apresenta os resultados do projeto desenvolvido no âmbito da 4ª edição do Curso de Formação para Professores em História e Cultura Indígena. A pesquisa foi desenvolvida entre discentes e professores do 3º ano da Escola de Referência em Ensino Médio Ageu Magalhães, localizada no bairro de Casa Amarela, zona Norte da cidade do Recife, Pernambuco. Este projeto teve como objetivo difundir o conhecimento sobre as materialidades indígenas, a partir da Arqueologia, especialmente abordando sobre os objetos de estudo da arqueologia. Destacando os artefatos produzidos pelas populações indígenas, buscamos descolonizar o conhecimento histórico, ressaltando o papel protagonista dos povos originários na construção da história e identidade cultural brasileira. Para tanto, foram realizadas duas intervenções pedagógicas, uma de caráter teórico e outra prático. A parte teórica, desenvolvida em sala de aula, combinou uma aula expositiva com recursos visuais, para introduzir aos discentes conceitos fundamentais da Arqueologia tais como, sua definição, o que são sítios arqueológicos, a relação entre a Arqueologia e as culturas indígenas, e a diversidade de evidências arqueológicas associadas a essas culturas. Para o segundo momento do projeto, de cunho prático, propomos aos estudantes a realização da pintura de pequenos vasos cerâmicos. Utilizando tintas naturais, extraídas do açafrão e de argilas de coloração vermelha e branca, os estudantes foram incentivados a criar desenhos e padrões inspirados em motivos indígenas. As atividades desenvolvidas em sala de aula, proporcionaram a construção de uma proposta didática para abordar a temática indígena de

¹ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife - Pernambuco. E-mail: jade.paiva@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7814623237084472>.

² Doutorando no Programa de Pós-graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife - Pernambuco. E-mail: fabiano.henrique@ufpe.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2388953512861326>.

* PRODUZIDO NO ÂMBITO DO CURSO DE FORMAÇÃO PARA PROFESSORES EM HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA – 4ª ED. REALIZADO 10 DE FEVEREIRO A 13 DE ABRIL DE 2024.

forma integrada aos componentes curriculares. A combinação de atividades teóricas e práticas contribuiu para um processo de ensino-aprendizagem ativo e participativo, favorecendo a compreensão mais aprofundada da temática.

Palavras-chaves: Arqueologia; Culturas Indígenas; Cultura Material; Protagonismo Indígena.

Introdução

A imagem popular da Arqueologia, muitas vezes distorcida por representações estereotipadas e ficcionais, a associa a atividades como: resolver mistérios do passado, estudar fósseis de dinossauros ou a busca por tesouros de populações passadas. Algumas dessas concepções, porém, estão corretas ao afirmarem que a Arqueologia estuda o “passado”, entretanto, a arqueologia é uma ciência que estuda as sociedades e grupos passados através dos seus vestígios e artefatos, compreendendo suas formas de organização, diversidade cultural e como as sociedades humanas foram se desenvolvendo ao longo do tempo.

O campo de estudos da arqueologia é vasto, abrangendo tanto os primórdios da ocupação humana, com os ancestrais humanos na África, onde os artefatos líticos (ferramentas de pedra), por exemplo, testemunham a evolução tecnológica e cultural desses grupos, como também períodos mais recentes, como os séculos XIX e XX, nos quais a análise de materiais como artefatos de vidro, louça e metal, permitem compreender os modos de vida e as relações socioculturais das populações desses períodos.

A arqueologia tem demonstrado ser um campo de conhecimento que estabelece uma relação cada vez mais estreita com a sociedade, despertando o interesse da população, no mundo todo, nessa disciplina. Essa busca pode ser compreendida como uma forma de resistência cultural diante da homogeneização promovida pela globalização, onde a valorização das particularidades locais se configura como uma estratégia para preservar identidades e tradições e “driblar a monotonia cultural” (Silva, 2012). Dessa forma, a arqueologia abre uma janela fértil para compreendermos e conhecermos a história e as dinâmicas culturais das sociedades indígenas que habitaram e habitam o território brasileiro e seus desenvolvimentos na longa duração.

É evidente as variadas contribuições culturais dos grupos indígenas à construção da identidade sociocultural brasileira, manifestando-se e resistindo em diversos aspectos da cultura, como em relação aos topônimos, práticas alimentares, conhecimentos botânicos, faunísticos, entre outros. No entanto, é importante ressaltar que tais contribuições ainda carecem de maior destaque nos currículos escolares o que limita a compreensão dos estudantes sobre as culturas indígenas.

O desenvolvimento do projeto intitulado **Uma Abordagem Educacional no Ensino Básico Sobre Culturas Indígenas Através da Arqueologia** propôs uma abordagem interdisciplinar, que busca integrar a arqueologia no estudo das populações indígenas, para apresentar aos estudantes a arqueologia enquanto prática política e suas relações com as culturas indígenas através da materialidade, propiciando a aproximação dos estudantes com os artefatos indígenas, com as formas de produzir instrumentos líticos, grafismos rupestres, artefatos cerâmicos, entre outros. Essas relações com as materialidades são de suma importância para percebermos os grupos indígenas como agentes ativos de suas próprias histórias e protagonistas na construção da história do Brasil.

Para isso, o público-alvo para o desenvolvimento do presente projeto integrou estudantes do terceiro (3º) ano e professores do ensino médio. Realizamos as etapas do projeto no dia 1 de abril de 2024 e participaram cerca de 30 discentes, com idade entre 16 e 17 anos oriundos de escola pública estadual, a Escola de Referência em Ensino Médio (EREM) Ageu Magalhães, que está localizada no bairro de Casa Amarela, Zona Norte da Cidade do Recife - Pernambuco.

A questão de abordar sobre a Arqueologia e as culturas indígenas para esse público específico não foi aleatória, pois a proximidade da escola ao Arraial Velho do Bom Jesus, sítio arqueológico histórico datado do período da invasão holandesa na cidade do Recife (1630 e 1654), proporcionou um contexto privilegiado para o desenvolvimento do projeto. Ao estabelecermos uma conexão direta entre o teórico e a realidade do entorno escolar, buscamos estimular o interesse dos estudantes pela história e cultura de sua comunidade, valorizando o patrimônio arqueológico local.

Este projeto visou estabelecer uma conexão entre o passado e o presente, buscando demonstrar aos estudantes a importância de preservar o patrimônio arqueológico e destacar o protagonismo indígena na formação sociocultural de Pernambuco e do Brasil. Além de serem fontes primárias para a reconstrução histórica, os sítios arqueológicos emergem como instrumentos cruciais para a construção de memórias e identidades coletivas e também possuem um potencial significativo para impulsionar o desenvolvimento social e econômico sustentável das comunidades locais.

Desenvolvimento

Conforme as fontes etnohistóricas coloniais demonstram, o litoral pernambucano era ocupado por grupos indígenas Tupi-guarani, Caeté e Tabajara. A partir do contato com os invasores portugueses, esses grupos passaram por diversos processos de violência, como conflitos, genocídio, escravidão e disseminação de doenças infecciosas para as quais os indígenas não tinham resistência. Porém, as pesquisas sobre história indígena nas últimas décadas têm contribuído significativamente para refutar o estereótipo de passividade dos povos indígenas diante do processo de colonização ao longo do tempo (Souza, 1879; IBGE, 1981; Medeiros, 2000; 2002).

Pesquisas arqueológicas no mesmo recorte geográfico supracitado puderam comprovar a ocupação pré-colonial a partir da identificação, principalmente de artefatos líticos e cerâmicos em diversos sítios arqueológicos. Estes dois tipos de evidências arqueológicas foram itens fundamentais na vida e organização social de diferentes grupos, como os horticultores ceramistas (Albuquerque, 1971; Oliveira, Tavares; Oliveira, 2018).

Após o contato com colonizadores e a introdução de novas tecnologias e objetos, a produção de artefatos indígenas passou por mudanças graduais e substituições nas técnicas de produção tradicionais e a própria produção de diversos objetos utilizados por essas populações. No entanto, é importante ressaltar que a tradição da produção de objetos cerâmicos persiste em diversas comunidades tradicionais, atuando como um importante

mecanismo de manutenção e resistência cultural, reafirmando identidades e transmitindo conhecimentos ancestrais.

Para tratar da materialidade e suas relações com as pessoas, e mais especificamente com os povos originários, destacamos um trecho onde o autor Gosselain (2000) aponta que os objetos possuem a capacidade de "contar múltiplas histórias". Ao serem produzidos e utilizados, os objetos não apenas refletem as identidades individuais e coletivas, mas também as moldam ativamente, participando da construção de significados e da transmissão de conhecimentos. Esses objetos já chegam imbuídos de significado, e mesmo antes de sua produção, vão somando-se a estes diferentes estratégias e redes socioculturais, ao mesmo tempo em que passa por distintos indivíduos, reunindo, ao longo de sua trajetória, percepções singulares e plurais do mundo (Gosselain, 2000).

Essas trajetórias ficam marcadas nas formas de produzir um artefato pelos povos indígenas, que era permeada por conhecimentos técnicos específicos e por uma relação profunda com a natureza. As matérias-primas, obtidas do meio ambiente, eram transformadas em uma variedade de objetos, utilizadas para produção das suas representações artísticas, construção de habitações, conhecimentos tradicionais sobre medicina, dentre outras práticas, revelando uma relação profunda entre cultura e ambiente. Conhecer essas evidências pode aproximar os estudantes de quem são as populações indígenas e quais eram suas práticas desde o período pré-colonial, ou seja, é uma forma de também ver o mundo através do olhar detalhado para a natureza e todos os seus significados.

Para abordarmos todo o emaranhado das relações entre arqueologia e culturas indígenas, nossa proposta educativa foi desenvolvida em sala de aula, através do uso de procedimentos pedagógicos desenvolvidos nas disciplinas arqueológicas, juntamente com os preceitos da arte educação desenvolvidos por Ana Mae Barbosa, com bases na metodologia triangular, onde a autora aborda a educação através do fazer, trazendo três pilares principais: a leitura para conhecer a história, a contextualização e o fazer artístico, ou seja, o estudante irá desenvolver o conhecimento criando (Barbosa; Cunha, 2010).

Resultados

Em um primeiro momento, a atividade desenvolvida contou com uma aula expositiva, com a utilização de recursos tecnológicos e pedagógicos, apresentamos slides sobre a temática da arqueologia, integrando questões norteadoras, tais como: o que é arqueologia? Qual o papel do arqueólogo? O que são sítios arqueológicos? Quais as relações entre arqueologia e as culturas indígenas? O que vocês conhecem sobre as populações indígenas de Pernambuco?

Na aula teórica apresentamos o conteúdo programático voltado para a arqueologia e culturas indígenas. Exibimos nos slides imagens de vestígios arqueológicos, como registros rupestres, cerâmica, lítico, dentre outros, além das nossas perguntas-guia já descritas anteriormente, auxiliando na interação com os estudantes. O objetivo desta etapa era introduzir o conteúdo aos discentes, despertar o interesse na temática e contextualizar para a realização da aula prática.



Figuras 1 e 2: Aula teórica expositiva. Fonte: os autores (2024).

Complementando a abordagem teórica, apresentamos alguns materiais produzidos através de experimentações arqueológicas, tendo como exemplares os instrumentos líticos produzidos para serem utilizados como coleção de referência de um dos autores e alguns

adornos. Essa prática, comum em arqueologia, permitiu aos estudantes estabelecer uma relação mais direta entre os conceitos teóricos e a materialidade arqueológica, facilitando a compreensão das técnicas de produção e das funções dos instrumentos líticos. Os estudantes puderam observar e manusear esses materiais, que incluíam peças produzidas em diferentes tipos de matérias-primas como sílex, basalto, obsidiana, calcedônia e o quartzo.



Figuras 3 e 4: Ferramentas produzidas através da arqueologia experimental. Fonte: os autores (2024).

Essa parte da aula gerou grande curiosidade e atenção dos estudantes, pois permitiu aos estudantes estabelecerem uma relação mais direta entre os conceitos teóricos e a materialidade arqueológica. A exposição desses artefatos gerou alguns questionamentos em relação a materialidade lítica, tais como: Como essas populações produziam esse material? Esses instrumentos realmente cortavam? Como nós sabemos que eram produzidos dessa forma? Esses questionamentos tornaram a aula mais dinâmica, causando uma interação com os estudantes.

Nessa etapa ainda foi apresentado um vídeo onde é demonstrado o processo de produção de vasilhames cerâmicos pela etnia indígena Asurini da T.I. Koatinemo da região do Xingu no Pará. No vídeo foi exibido o processo desde a coleta da argila até a pintura e

finalização dos vasilhames, tratando-se de um importante recurso para os estudantes entenderem o processo produtivo e toda a cadeia operatória de produção que as cerâmicas indígenas passam. A atividade foi encerrada com uma breve reflexão sobre a dimensão social e política da arqueologia, abordando as questões territoriais e os direitos dos povos indígenas no Brasil, trazendo uma questão que todos precisamos lembrar, que o Brasil é terra indígena.



Figura 5: Vídeo da produção cerâmica da etnia Asurini do Xingu.

Fonte da foto: os autores (2024)

Fonte do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=RqPlomJF-4>



Figura 6: Aula teórica expositiva. Fonte: os autores (2024)

Após a aula expositiva, passamos a segunda etapa, a aula prática. A atividade prática foi desenvolvida na quadra da escola, para desenvolvermos uma dinâmica ao ar livre. Essa escolha metodológica buscou promover a aprendizagem ativa, incentivando os estudantes a aplicarem os conhecimentos teóricos adquiridos em um contexto prático e lúdico.

Esta etapa consistiu na pintura de pequenos vasos de cerâmica, utilizando pigmentos naturais previamente preparados. O açafraão (cor amarela), argila vermelha (cor vermelha) e argila branca (cor branca), foram as matérias-primas escolhidas para a produção dos pigmentos. Para a produção dos grafismos, foram disponibilizados pincéis naturais feitos com galhos e folhas, além da possibilidade de utilizar os dedos, estabelecendo um diálogo com técnicas ancestrais de pintura.

Apresentamos alguns exemplos de motivos indígenas e, quando possível, seus significados. Contudo, nenhuma imagem de referência foi fornecida, a fim de estimular a criatividade e a autonomia dos estudantes na escolha e execução dos desenhos. Essa abordagem permitiu que os alunos aplicassem os conhecimentos adquiridos em sala de aula ou seus conhecimentos prévios sobre a temática, desenvolvendo suas próprias

representações.

A atividade permitiu que colocassem em prática o que tinham aprendido em sala de aula, utilizando matérias-primas da natureza as quais as populações indígenas poderiam ter utilizado nas suas próprias produções, concluindo assim a atividade através das suas próprias criações.



Figuras 7 e 8: Explicação e produção da atividade prática. Fonte: os autores (2024).



Figuras 9 e 10: Estudantes realizando pintura em vaso cerâmico. Fonte: os autores (2024).



Figuras 11 e 12: Estudantes realizando pintura em vasos cerâmicos. Fonte: os autores (2024).



Figura 13: Réplica de pinturas rupestres da região do Seridó – RN produzidas por José Evangelista. Fonte: os autores (2024).

Conclusão

A pesquisa arqueológica no Brasil tem sido fundamental para demonstrar a diversidade cultural e complexidade dos diferentes grupos que ocuparam o território nacional ao longo do tempo. Essa diversidade está expressa em elementos que podemos identificar na organização social, mobilidade e padrão de assentamento, e habilidades

técnicas utilizadas nas produções de artefatos funcionais e simbólicos (Prous, 1992; 2019).

O processo de colonização no Brasil submeteu os povos indígenas à escravidão, à proibição de suas expressões culturais e a uma condição de subalternidade, visando atender aos interesses econômicos da expansão europeia. As consequências desse processo histórico são evidentes até os dias atuais, manifestando-se na persistência de desigualdades sociais e na perpetuação de estereótipos contra os povos indígenas.

Apesar das cicatrizes causadas pela colonização, as expressões culturais e identitárias de muitos grupos ainda persistem e resistem. A produção de diferentes artefatos, por exemplo, expressam uma continuidade da sua tecnologia ancestral, como recipientes cerâmicos, adornos e cestarias, operando como uma forma de sobrevivência econômica e resistência cultural.

Através da criação da lei 11.645/2008 (BRASIL, 2008), que tem como objetivo principal o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, buscou-se reduzir as lacunas sobre a importância e o protagonismo dos grupos indígenas, que são fundamentais na formação da sociedade brasileira. Além disso, nas últimas décadas temos acompanhado uma maior visibilidade dos povos indígenas, impulsionada por iniciativas como a publicação de livros sobre o ensino da temática indígena nas escolas, encontros de museus indígenas e cursos de especialização em Culturas Indígenas. Essas ações contribuem para a valorização das culturas indígenas e para a construção de um conhecimento mais aprofundado sobre esses povos, a partir das suas próprias narrativas.

Apesar da lei em questão completar 16 anos em 2024, ainda há muito o que fazer, sendo de extrema importância colocar em prática suas recomendações, como a melhor divulgação da bibliografia especializada produzida no Brasil e a organização e atualização dos subsídios e de práticas pedagógicas. Para chegarmos a essas finalidades, é fundamental a participação de escritoras e escritores indígenas nesse processo, além da colaboração com instituições de ensino superior, institutos federais e entidades do terceiro setor.

Acreditamos que é imprescindível que a arqueologia e o ensino da história e cultura indígena estabeleçam uma relação de estreita colaboração. Essa relação pode contribuir para a desconstrução de estereótipos, evidenciar a diversidade e a complexidade das dinâmicas culturais indígenas e demonstrar as profundas contribuições que os povos nativos e seus ancestrais deram nos mais diversos campos da cultura brasileira.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, M. Considerações Acerca do Paleoameríndio no Nordeste do Brasil. In: VASCONCELOS SOBRINHO, J., (Org.). **As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização**. Recife: Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco, 1971, p. 275-279.
- BARBOSA, A. M.; CUNHA, F. (Orgs.). **A Abordagem Triangular no Ensino das Artes e Culturas Visuais**. São Paulo: Cortez. 2010.
- BRASIL, Lei 11.645/2008, de 10 de Março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 01 abr. 2024.
- GOSSELAIN, O. Materializing Identities: an african perspective. **Journal of Archaeological Method and Theory**, v. 7, n. 3. [s.l.]: Springer, 2000. p.187-217.
- IBGE. **Mapa Etnohistórico de Curt Nimuendajú**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1981.
- MEDEIROS, R. História dos Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: problemas, metodologia e fontes. **Clio - Série Arqueológica**. v. 1, n. 15. Recife: Edufepe, 2002. p. 205- 233.
- MEDEIROS, R. **O Descobrimto dos Outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial**. 2000. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2000.
- OLIVEIRA, M; TAVARES, B; OLIVEIRA, C. Padrão de Assentamentos Pré-coloniais na Sesmaria Jaguaribe. **Revista Noctua – Arqueologia e Patrimônio**.v. II, nº 3. Recife: Fundação Paranã-Buc, 2018. p. 117-139.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**. Brasília: Editora Unb, 1992.

PROUS, A. **Arqueologia Brasileira**: a pré-história e os verdadeiros colonizadores. Cuiabá- MT: Archaeo; Carlini & Caniato Editorial, 2019.

Ritual da imagem: Arte Asurini do Xingu - cerâmica. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RqPlomJF-4>. Acesso em 01 abr. 2024.

SILVA, F. A. Arqueologia como tradução do passado no presente. **Revista Amazônica**, v. 3, n° 2. Belém:UFPA,2012. p- 260-267.

SOUSA, G. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignácio da Silva. 1879.